

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Assembléia reconhece trabalho social com medalhas de mérito

Sessão solene marca entrega de sete comendas a 42 pessoas e instituições com papel de destaque em diversos setores

Quarenta e duas pessoas e instituições receberam, dia 5, a homenagem do Parlamento em reconhecimento à atuação na área comunitária, na defesa da criança e do idoso, no apoio aos portadores de necessidades especiais, na educação infanto-juvenil, esporte, comunicação, meio ambiente e desenvolvimento de Santa Catarina. Foram entregues as medalhas Poder Legislativo Catarinense, Vida Amábilis, Maurício Sirotsky Sobrinho, Desportista Catarinense, Crispim Mira, Contestado e Dom José Gomes.

Páginas 6 e 7



Alberto Neves

Planalto combate restrição em áreas produtivas

Eduardo Guedes de Oliveira



Audiência lota auditório da Associação Comercial de Lages **Página 8**

Palhoça reivindica investimentos em segurança pública para conter violência

Carlos Kilian

Em audiência pública promovida, dia 6, pela Assembléia da Legislativa no Clube 7 de Setembro, a comunidade de Palhoça cobrou investimentos na segurança pública. O município experimentou crescimento de 300% nos últimos 35 anos e sofre com alto índice de favelização. Diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, Paulo Roberto Dias Neves, defende ações na área social para conter a violência.



Página 3 Coronel Eliésio Rodrigues participa da audiência no Clube 7 de Setembro

OPINIÃO

Tortura nos bancos escolares

Milhares de estudantes universitários convivem diariamente com uma tortura psicológica: não saber se terão condições de terminar o curso por falta de dinheiro. Os pais também estão envolvidos neste pesadelo, pois o sonho deles é ver os filhos com um diploma nas mãos. Durante a audiência pública da Assembléia Legislativa para discutir os artigos 170 e 171 (sobre bolsas de estudo), em agosto último, em Joinville, a carga de emoção foi bastante alta durante os depoimentos. Uma aluna, aos prantos, relatava que lutava desesperadamente para conseguir um financiamento para poder pagar os estudos. Um pai falava da angústia de ver a filha abandonar os estudos de direito faltando pouco mais de um ano para a formatura. Uma mãe contava que a filha pagava R\$ 700,00 de mensalidade na faculdade de enfermagem, trabalhava o dia

todo mas o que ganhava não era suficiente para saldar as despesas. Resultado: foi obrigada a trancar a matrícula. "É duro ver a filha querendo estudar e não poder", desabafava a operária presente no evento.

Uma das grandes injustiças em nosso País acontece no ensino superior. Enquanto 85% dos estudantes carentes estão nas faculdades particulares, a maioria dos estudantes das universidades públicas (ensino gratuito) é oriunda das famílias mais abastadas. Para tentar amenizar esta anomalia foram criadas as bolsas de estudos. O governo federal trabalha com o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o Prouni (Programa Universidade para Todos) enquanto o governo estadual disponibiliza cerca de R\$ 32 milhões por ano – através do artigo 170 – para financiar o

estudo de 17 mil alunos carentes. Este ano deve ser regulamentado o artigo 171, que é um fundo que possibilitará que empresas invistam no ensino superior, o que irá gerar cerca de R\$ 30 milhões em 2008, sendo 30% para bolsa de estudo.

Atualmente Santa Catarina conta com cerca de 300 mil universitários. Destes, apenas 15% concluem os estudos no tempo normal pois, por um motivo ou outro, geralmente econômico, os outros 85% são obrigados a trancar matrícula por algum tempo ou definitivamente. Por conta destas distorções é que o Brasil ocupa o último lugar na América no número de jovens entre 18 e 24 anos que freqüentam a universidade. Não podemos aceitar que esta vergonha continue.

Deputado Darci de Matos (DEM)

Municipalização: teoria e prática

Todos sabemos que o cidadão, ao cobrar seus direitos e reclamar por melhores serviços, procura fazê-lo junto a autoridades e organismos municipais, pois são os que mais ele conhece e lhe estão mais próximos. Especialmente os prefeitos, vereadores e secretários municipais são os mais cobrados quando da necessidade de obras e serviços.

É verdade que a união e os estados delegaram aos municípios uma série de encargos, notadamente nas áreas da educação e da saúde. Entretanto os recursos financeiros que deveriam acompanhar a delegação desses encargos se demonstram insuficientes. Em decorrência, o município se vê privado dos poucos recursos que dispõe para investimento, uma vez que se sente obrigado a atender a população nos seus mais variados e justos anseios.

Conquanto a constituição

de 1988 tenha melhorado em parte a distribuição dos recursos arrecadados no país, o que chega aos municípios na forma de repasses da união e do estado, ainda são insuficientes. Essa necessidade de recursos, quase sempre transforma as administrações municipais em reféns do estado e da união, obrigando os prefeitos a mendigar verbas a fundo perdido ou na forma de convênios, como também a buscar ajuda por meio de emendas parlamentares.

Chega-se à conclusão que o município que possui uma boa representação política, estará em condições de conseguir mais dinheiro e oportunidades. E que a descentralização, envolvendo recursos e decisões, é uma opção coerente e justa, desde que bem conduzida. Somos favoráveis a uma descentralização que traga para âmbito das administrações municipais a possibilidade de

gerir o que se deve fazer e dispor dos recursos para tal.

Não basta criar centros regionais englobando alguns municípios, lotá-los com dezenas de servidores comissionados, os quais continuam dependendo do poder central para qualquer ato. A situação existente hoje em nosso estado, teoricamente plausível, na prática subdividiu Santa Catarina em feudos eleitoreiros, cujo objetivo principal é abrigar correligionários e transformá-los em cabos eleitorais e eventuais candidatos a cargos eletivos.

O ideal seria aumentar a participação do município na divisão da receita do país, possibilitando um atendimento melhor ao cidadão. Com certeza assim pensam todos aqueles que, não apenas se dizem municipalistas, mas agem como tal.

Deputado Silvio Dreveck (PP)

Ética nas Profissões

Eduardo Guedes de Oliveira



Fórum foi realizado pelo Rotary Florianópolis em parceria com Distrito 4651

O Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, foi palco dia 8 do Fórum Ética nas Profissões, promovido pelo Rotary Club de Florianópolis em parceria com o Distrito 4651. A juíza aposentada Denise Frossard, o professor Livio Giosa e o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, foram os palestrantes.

A proposta do encontro foi fazer uma reflexão dos desafios impostos pela ética frente às expectativas da sociedade.

O professor Livio Giosa, de São Paulo, falou sobre "Ética na empresa"; Dom Murilo abordou o tema "Ética: luxo ou necessidade", e Denise Frossard palestrou sobre "A ética como princípio".

[AGENDA]

- **12 de novembro, 14 horas:** Lançamento da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **12 de novembro, 19h30:** Premiação do Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo
Local: Hall
- **12 de novembro, 20 horas:** Pré-estréia do documentário "Ademir Rosa – A arte de viver", produzido pela TVAL
Local: Sala de cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC)
- **13 de novembro, 9 horas:** Comissão de Saúde – Audiência pública "Proibição da realização de eventos de moda com modelos com Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18kg/m
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **13 de novembro, 19 horas:** Lançamento do livro "Negras pretensões – A presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX", de Fábio Garcia
Local: Hall
- **14 de novembro, 19 horas:** Lançamento do livro "José de Campos – Uma história para contar", de Celita Irene Campos Angeloni
Local: Hall

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

Palhoça cobra segurança pública

Município da Grande Florianópolis, que cresceu cerca de 300% nos últimos 35 anos, sofre com índice de favelização

Fotos: Solon Soares

Graziela May Pereira

Maior município em extensão (361 km²) e o terceiro em população da Grande Florianópolis, com 128 mil habitantes, Palhoça tem apenas uma delegacia policial. A distância entre o ideal e o real motivou a realização de uma audiência pública para discutir a segurança pública na cidade.

A reunião, ocorrida na noite dia 6, no Clube 7 de Setembro, no Centro do município, foi pedida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB) por intermédio da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT).

O clima de insegurança o município foi evidenciado pela presença maciça de moradores, que acompanham o crescimento no número de homicídios e assaltos.

Conforme dados da Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça (CDL), nos últimos 35 anos a população do município cresceu cerca de 300%. Esse é um dos fatores da cidade ter o maior

índice de favelização da Grande Florianópolis.

“Palhoça vem enfrentando sérios problemas. Estamos recebendo aqueles que vêm para Florianópolis e percebem que a vida lá não é tão fácil. Cansamos disso. O número de ocorrências cresce assustadoramente”, disse Raul Roberto Weiss, presidente do CDL.

Em 2007, já foram registrados 19 homicídios no município. Também foram apreendidos 103 quilos de maconha, enquanto que em São José, município vizinho, a quantidade foi de 10 quilos da droga.

A maior apreensão de crack da região também foi registrada no município: 9.538 pedras, número quatro vezes maior do que em São José.

Para completar o quadro de violência, a Polícia Civil já registrou cerca de 14 mil ocorrências neste ano. Ou seja, uma média de 50 casos por dia para serem investigados por apenas dois delegados e 37 policiais civis, estrutura considerada insuficiente.

Delegado defende ações sociais

Para o diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, delegado Paulo Roberto Dias Neves, o índice de criminalidade no estado é baixo em comparação ao índice nacional. “Perto de outros estados, Santa Catarina ainda está abaixo da média. Por isso ficamos fora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci do governo federal. Palhoça, assim como os demais municípios catarinenses, precisa trabalhar por questões sociais, pois a polícia sozinha não consegue nada”, disse o diretor.

Mesmo ressaltando que o Estado não pode se eximir da responsabilidade de garantir a segurança, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, ressaltou que melhorias nas políticas públicas contribuiriam para diminuir, consideravelmente, os casos de violência. “Para uma boa empresa funcionar, ela precisa de bom atendimento, educação e infra-estrutura. Estamos

trabalhando no limite, mas com vontade. Não nos eximimos da culpa porque também fazemos parte da sociedade, mas é imprescindível melhorar as questões sociais.”

Renato Hinnig esclareceu que a audiência pública teve como principal objetivo cobrar responsabilidades e encontrar soluções rápidas. “Resolver esse problema não é fácil, o estado todo vem passando por isso. Mas temos que estabelecer parcerias e, em conjunto, encontrar soluções.”

Quanto à comparação com São José, Hinnig garantiu que a idéia não é tirar nada do município vizinho, mas manter o equilíbrio. “Temos que aumentar o contingente, equipar nossa polícia e melhorar a estrutura de trabalho. Sem prejudicar ninguém”, completou. São José tem três delegacias e Central de Polícia. São 340 policiais militares, 13 delegados e 122 policiais civis para uma população de 201 mil habitantes.



População comparece em peso à audiência pública realizada no Clube 7 de Setembro, em Palhoça

Comerciante só atende de portas fechadas

A comerciante Maria Célia Pereira Duarte foi uma das moradoras de Palhoça que implorou por mais segurança. Dona de uma loja de confecções no bairro Jardim Eldorado, teve seu estabelecimento assaltado três vezes só nesse ano. “Agora atendo de portas fechadas. Só abro para pessoas que já conheço. No último assalto eles renderam, amarraram e trancaram minha funcionária no banheiro. Levaram tudo o que puderam. Não consigo mais conviver com isso.”

Segundo o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), as pessoas que sofrem algum tipo de violência não olham as estatísticas. “Para essas pessoas, as estatísticas não importam. Elas querem solução. Concordo que temos que melhorar as políticas públicas, mas temos também que garantir a

segurança das pessoas que aqui estão.” Ele completou dizendo que o déficit de segurança em Palhoça tem que ser resolvido com urgência. “Não dá para admitir que um município com 128 mil habitantes tenha apenas 37 policiais civis. O Estado tem que dar maior importância para Palhoça, que deve ser a prioridade da Grande Florianópolis”, argumentou.

Representando a prefeitura municipal, o vereador João Carlos Amândio – Bala (PMDB) salientou que a promessa da instalação de um batalhão da PM, feita pelo atual governador, nunca foi cumprida. “Estamos sendo nitidamente discriminados. Os nossos policiais são valorosos porque trabalham muito bem com o pouco que têm. Estamos vivendo uma situação de calamidade pública”, desabafou.



Autor do pedido da audiência, deputado Hinnig busca soluções rápidas

Documento será enviado ao Executivo

A audiência culminou com a elaboração de um documento contendo todas as reivindicações da comunidade. Ele deverá ser entregue ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet.

No documento vão constar pedidos como melhor infra-estrutura para a atuação dos policiais militares e civis, aumento do efetivo e mais viaturas. A instalação do batalhão da Polícia Militar e da Delegacia de Atendimento à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso também será requerida.

Hinnig ainda sugeriu a criação de um fórum para discutir a segurança pública com todas as entidades representativas do município, que poderá se reunir uma vez por mês. Ele também pediu ao comando da PM a criação de operações específicas com o uso de contingente de outros municípios.

A audiência teve, ainda, as presenças do delegado-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark; do presidente da OAB de Palhoça, João Batista dos Santos, do delegado regional da cidade, Wilter Domingues, do tenente-coronel Sílvio Fernandes, além de vereadores e membros da sociedade.

INSTITUCIONAL

Micro e pequenos empresários tiram dúvidas sobre participação em licitações

Audiência pública trata do tratamento diferenciado garantido no capítulo 5 da Lei de Compras Governamentais

A preferência das micro e pequenas empresas catarinenses nas licitações públicas de até R\$ 80 mil, instituída pela Lei Geral da Microempresa, foi debatida, dia 5, em audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), da Assembléia Legislativa, em parceria com a Federação das Micro e Pequenas Empresas de SC (Fampesc) e Sebrae/SC. O objetivo da reunião foi discutir e esclarecer empreendedores e gestores públicos sobre o capítulo 5 da Lei Geral, chamado Lei das Compras Governamentais, que garante tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas nas licitações públicas.

Na audiência realizada no Auditório Antonieta de Barros, muitas dúvidas e sugestões foram levantadas em relação à regulamentação da lei, objeto de projeto de lei, de autoria do deputado Dirceu Dresch (PT), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os micro e pequenos empresários temem pela segurança das operações realizadas com o governo



Na reunião realizada no Auditório Antonieta de Barros, micro e pequenos pediram segurança para contratar com governo

do estado. O contador Ibrahim Socreppa, representante de Caçador, resumiu a angústia: "Precisamos ter segurança de que iremos receber pelo que estaremos vendendo. Todos necessitam de maiores esclarecimentos, especialmente quanto

à burocracia gerada pela lei e às exigências de regularidade fiscal para fechar negócios com o governo", apontou.

Dresch pediu que todos os participantes mantenham o debate sobre a lei em suas regiões. A idéia é fazer mais consultas aos

micro e pequenos empresários para elaborar substitutivos à lei, divulgar e conhecer o que é feito em outros estados, proporcionando um relacionamento estreito entre o comitê gestor nacional e o comitê estadual, além de definir a forma de

implementação das alterações sugeridas.

Ao elogiar a iniciativa do deputado Dirceu Dresch, Silvio Dreveck concordou com a necessidade de se manter o debate e levá-lo para os municípios do interior.

Objetivo é promover desenvolvimento

O fornecimento de produtos por micro e pequenas empresas às três esferas do poder Executivo é tratado no capítulo V – Compras Governamentais – da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que entrou em vigor em fevereiro deste ano.

O capítulo prevê que, nas contratações públicas da União, dos estados e dos municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação

tecnológica, desde que previsto e regulamentado em cada instância.

Para o cumprimento desse dispositivo, a administração pública poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação das empresas de micro e pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80 mil e o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% do total licitado.

Para se colocar em prática o dispositivo, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de lei, de autoria do deputado Dirceu Dresch (PT), para regulamentar a matéria.

Contadora defende como exemplo legislação de Minas Gerais

A contadora Sônia Medeiros, de Blumenau, sugeriu que os deputados conheçam o modelo de legislação adotado em Minas Gerais, que considera mais abrangente, além da lei existente em Joinville, que prevê, em seu artigo 4º, um tratamento diferenciado às pequenas e micro empresas. "Dessa forma é promovida a inclusão da pequena empresa", explicou a contadora. Sônia acredita que o Estado precisa ter um sistema de divulgação de suas licitações, ao mesmo tempo flexível e abrangente. "Queremos, por exemplo, que as notícias sobre os editais possam chegar a todos igualmente", pediu.

Representando o Sebrae, Willian Rodrigues de Brito afirmou que o tema é extremamente novo, mas que a discussão é antiga, já que as compras governamentais acontecem há muito tempo. "Temos percebido, ao longo do tempo, que

as micros e pequenas empresas trabalham pouco com compras governamentais e temos que desvendar o acesso a esse mercado".

Willian ressaltou que a Lei Geral ainda deve ser desmistificada, bem como o trecho da lei que trata da informalidade das empresas. Segundo informou, as compras governamentais feitas em 2006 pelas micro e pequenas empresas chegaram a apenas 8% dos R\$ 27 bilhões do total, sendo que, no Brasil, 99% das empresas são consideradas de pequeno porte. "Ou seja, as outras empresas, que fazem parte do 1% restante das empresas brasileiras, tiveram acesso a 92% das compras governamentais. Temos que modificar isso."

Crescimento

Com o objetivo de assegurar uma conquista positiva para as em-

presas, o representante do Sebrae salientou que, para detectar o potencial de uma empresa, é preciso primeiro saber quanto o estado está arrecadando. "Nem todas as empresas vão apresentar resultados iguais. Umas podem apresentar lucros menores, outras lucros maiores. É muito relativo o potencial de cada uma, porém a iniciativa trará benefícios", mencionou.

Brito esclareceu que a meta é trazer mais empresas para o ciclo do desenvolvimento, promovendo a geração de emprego. Nos municípios, poderá haver maior facilidade e transparência, já que vai ocorrer um exercício diário. "Se as empresas investem nos próprios municípios, seus cidadãos não precisarão recorrer a outras cidades, estados ou até países para ter acesso a serviços de segurança, saúde, educação e infra-estrutura", exemplificou.

INSTITUCIONAL



Jonas Lemos Campos

Campanha para regulamentar emenda constitucional 29 é objeto de audiência pública

Moção pede apoio para mais recursos na saúde

Deputados cobram respaldo de senadores catarinenses para regulamentar aumento de verbas previsto em emenda constitucional

Uma moção deverá ser encaminhada aos três senadores catarinenses solicitando apoio ao projeto de lei complementar, que tramita no Senado, para regulamentar a Emenda Constitucional 29. A emenda obriga os governos estaduais a aplicarem no mínimo 12% nas ações e serviços públicos de saúde e os governos municipais o mínimo de 15%. Ela ainda autoriza a intervenção da União nos estados e dos estados nos municípios que não cumprirem a determinação.

A campanha a favor da regulamentação foi tema da audiência pública conjunta realizada dia 6 pelas comissões de Legislação Par-

ticipativa e de Saúde, presididas, respectivamente, pelos deputados Jailson Lima (PT) e Genésio Goulart (PMDB). O deputado Jailson Lima, que apresentou o pedido da moção, também solicitou que o assunto seja aprofundado na 13ª Conferência de Saúde, programada para Brasília, de 14 a 17 de novembro.

Membro da Comissão de Seguridade Social e da Família da Câmara Federal, o deputado federal Pepe Vargas (PT-RS) lembrou que o objetivo dos parlamentares é o de alocar mais recursos para a área da saúde. Pepe Vargas recorda que a Lei 8.080/90 já discrimina o que são serviços públicos de saúde.

“Quando da votação da Emenda Constitucional 29, foi definida a sua regulamentação em cinco anos. Como ela ainda não ocorreu, alguns estados têm incluído na saúde gastos que não são do setor”, esclareceu. Ele destaca que as estratégias estão retirando da saúde cerca de R\$ 6 bilhões ao ano.

O parlamentar alerta que somente seis estados cumprem a EC 29. Segundo explicou, na votação dessa emenda, em 2000, foram dados quatro anos para que estados e municípios se adequassem à lei. “Agora querem dar mais quatro anos. Ou seja, a fuga dos recursos continuará ocorrendo. E vejam que são R\$ 6 bilhões.”

Projeto vincula aumento dos gastos com PIB

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou dia 31, por 291 votos a favor, 111 contra e uma abstenção, o substitutivo do deputado Guilherme Menezes (PT-BA) ao projeto de lei complementar 1/03, do ex-deputado Roberto Gouveia (PT-SP). A proposta regulamenta a Emenda 29, que estabelece percentuais mínimos de investimentos na saúde. O texto contempla a proposta do governo federal, vinculando o aumento anual dos gastos com a saúde à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB), além de uma aplicação complementar de R\$ 24 bilhões em quatro anos.

O texto aprovado prevê uma complementação de R\$ 4 bilhões, em 2008, R\$ 5 bilhões, em 2009, R\$ 6 bilhões, em 2010, e R\$ 9 bilhões, em 2011. Esses valores, que somam R\$ 24 bilhões, correspondem a um aumento percentual para a área de recursos provenientes da CPMF.

Pela proposta, a expectativa do governo é de que estados e municípios invistam anualmente em saúde, nos próximos quatro anos, R\$ 6 bilhões a mais do que fazem hoje, exatamente o valor que o deputado Pepe Vargas denuncia que está sendo desviado do setor. A expectativa é que a clara definição do que são gastos em

ações e serviços de saúde resulte nesse valor.

Além do aumento do percentual mínimo a ser aplicado em saúde, outras disposições estão contidas na EC 29: vinculação do montante das despesas com saúde e receita orçamentária; constitucionalização do Fundo de Saúde, assegurando que todos os recursos destinados à área, das três esferas de governo, seriam geridos por meios dos respectivos fundos de saúde; e a constitucionalização do controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) pela fiscalização do uso dos recursos pelos conselhos de saúde das três esferas de governo.



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Coordenadoria de Execução Orçamentária foi implantada em março de 2006, após reforma administrativa da Assembleia Legislativa. Ela cumpre as exigências determinadas pela Lei Federal 4.320/1964, que trata da elaboração e do controle do Orçamento da União, estados e municípios.

O coordenador do setor, Vânio Cardoso Darella, explica que o setor faz o controle do orçamento da Casa, administrando o gasto durante o exercício anual. Os funcionários da coordenadoria estão em busca de novas formas para aprimorar os serviços.

A coordenadoria recebe os pedidos de compras e de serviços de todos os setores da Assembleia, verificando se há dotação orçamentária para a celebração dos contratos. O sistema de proposta orçamentária a ser executado começa na coordenadoria.

Quando os pedidos chegam ao setor, os valores necessários para as aquisições são bloqueados no Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc). Depois de feita a verificação, o processo passa pelos outros canais competentes, retornando para a Coordenadoria de Execução, com a nota de empenho para a sua locação.

Com a locação, fica firmada uma obrigação entre a Assembleia e o credor, ou fornecedor, e uma nota fiscal é emitida pelo setor de compras. Com ela, é feita a liquidação, a garantia que o fornecedor entregou ou fez o serviço acordado do processo, fazendo-se o pagamento. Conforme o valor da compra ou do serviço, o processo também deverá passar pela Presidência da Assembleia Legislativa.

Além disso, a coordenadoria lança as suplementações, elabora relatórios diários e mensais sobre recursos orçamentários e auxilia a Procuradoria de Finanças na elaboração da proposta orçamentária, bem como do Plano Plurianual.

Fonte: Coordenadoria de Execução Orçamentária

Abertas inscrições para Jornada Maria da Penha

As inscrições para a 1ª Jornada Maria da Penha já estão abertas e podem ser feitas no site da Assembleia Legislativa (www.alesc.sc.gov.br). As vagas são limitadas e a entrada é gratuita. Quem quiser poderá doar um quilo de alimento não-perecível.

O evento, promovido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, será no dia 1º de dezembro, às 13 horas, no Centro Multiuso de São José.

Os acadêmicos que participarem da jornada vão receber certificado de frequência da Escola do Legislativo. Será uma oportunidade para as catarinenses conhecerem e ouvirem Maria da Penha, a mulher que inspirou a criação da Lei nº 11.340, de combate à violência doméstica e familiar. A mulher que deu nome à Lei 11.340 falará sobre a experiência vivida por ela, sobre as agressões

sofridas durante anos pelo marido e a coragem de denunciar o agressor. Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio, sendo que em uma delas ficou paraplégica e lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica.

A deputada Ada De Luca (PMDB), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, comentou que a expectativa “é de uma participação maciça das mulheres catarinenses neste evento para promover um grande debate sobre a aplicação da Lei Maria da Penha”. Mais de 20 caravanas de diversas regiões do estado já confirmaram presença, como as de Canoinhas, Bom Retiro, Taió, Rancho Queimado, Tijucas e Angelina. São esperadas cerca de 3 mil pessoas para o evento.

ESPECIAL

Parlamento entrega sete comendas de mérito

Quarenta e duas pessoas e instituições recebem homenagem pelo trabalho de destaque na área comunitária, na defesa da criança e do idoso, no apoio aos portadores de necessidades especiais, na educação infanto-juvenil, esporte, comunicação, meio ambiente e desenvolvimento de Santa Catarina

Rose Mary Paz Padilha

Em sessão solene realizada dia 5, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, e com a presença de várias autoridades estaduais, o Parlamento outorgou medalhas de mérito a 42 pessoas e instituições. Um reconhecimento ao trabalho realizado nas áreas comunitária, defesa da criança e do idoso, apoio aos portadores de necessidades especiais, educação infanto-juvenil, esporte, comunicação, preservação do meio ambiente e desenvolvimento de Santa Catarina.

As medalhas entregues foram Poder Legislativo Catarinense, Vida Amábil, Maurício Sirotsky Sobrinho, Desportista Catarinense, Contestado, Crispim Mira e Dom José Gomes. Todos os homenageados foram indicados pelos deputados.

Antes da entrega das comendas, autoridades e convidados fizeram um minuto de silêncio pela morte do filho do deputado Antônio Aguiar (PMDB), Antônio Mauro Rodrigues



Alberto Neves

Sessão solene lota Plenário Osni Régis numa clara demonstração de reconhecimento ao trabalho de destaque realizado pelos 41 homenageados

de Aguiar Filho, de 20 anos, ocorrido na manhã do dia 5 em acidente automobilístico na SC-413.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e Elizeu Mattos (PMDB) falaram em nome do Parlamento. Após manifestar solidariedade ao deputado Aguiar, o representante do PP destacou o trabalho de todos os agraciados e a importância de cada um nas áreas em que atuam. Mattos,

por sua vez, falou do compromisso dos parlamentares com o povo catarinense e dos critérios para homenagear e reverenciar os que trabalham pelo estado.

Presente à sessão solene, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) enalteceu a Assembleia pelas homenagens prestadas aos que "enxergam, caminham, perseguem e constroem uma sociedade mais

justa".

Em nome dos homenageados, Ruy Hülse agradeceu a comenda e ressaltou a importância da Assembleia Legislativa na organização política e administrativa do Estado. Deputado eleito em três legislaturas e presidente por duas vezes, Hülse disse que o Parlamento catarinense "é o instrumento de conquistas sociais, porta-voz da cidadania e sentinela da democracia". Ele aproveitou a oportunidade para sugerir aos deputados ações que visem restabelecer o Programa de Formação Técnica (Proforte), criado no governo Paulo Afonso Vieira (PMDB). Segundo Hülse, é preciso dar amplitude ao ensino técnico em Santa Catarina, com capacitação para o mercado de trabalho e para a inovação tecnológica.

DESPORTISTA CATARINENSE

Honraria em reconhecimento ao talento, trabalho, quebra de barreiras e dedicação de atletas que projetam Santa Catarina nacional e internacionalmente.

Flávio Padaratz (Teco Padaratz) - indicação do deputado Édson Piriquito (PMDB)



CONTESTADO

A instituição desta honraria foi determinada pelo reconhecimento às atividades profissionais, artísticas, intelectuais, assistenciais, políticas ou econômicas que auxiliam no desenvolvimento do estado.

Fernando Tokarski - indicação do deputado Antônio Aguiar (PMDB)
Edileuza Garcia Fortuna - indicação do deputado Sargento Amauri Soares (PDT)
Marcos Alberto Von Bahten - indicação do deputado Serafim Venzon (PSDB)



DOM JOSÉ GOMES

Medalha homenageia e reconhece pessoas, movimentos sociais e entidades que prestam relevantes serviços humanitários, de preservação ao meio ambiente e desenvolvimento social.

Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol - representante Genes da Fonseca Rosa - indicação do deputado Dirceu Dresch (PT)

Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC - representante Adilson Ventura - indicação do deputado Julio Garcia (DEM)

Isamara Morgado Santini Canto - indicação do deputado Nilson Gonçalves (PSDB)

Luci Teresinha Koswoski Choinacki - indicação do deputado Padre Pedro Baldissera (PT)



Padre Adair Mario Luiz Tedesco - indicação do deputado Pedro Uczai (PT)

VIDA AMÁBIL

A medalha é uma homenagem da Assembleia Legislativa às pessoas físicas e jurídicas que realizam relevantes trabalhos ou destacam-se na defesa da criança e do idoso. Também reconhece o trabalho de voluntários em prol dos portadores de necessidades.

Padre Manoel Odorico Francisco - indicação do deputado Décio Góes (PT)

Diva Maria Fávero - indicação do deputado Gelson Merísio (DEM)

Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Palmitos - representante Josmari Knapp - indicação do deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Hospital Miguel Couto - indicação do deputado Jailson Lima (PT)

Irmã Maria Heerdt - indicação do deputado João Henrique Blasi (PMDB)

Rede Feminina de Combate ao Câncer de Araranguá - representante Nilza Pereira Renaldo - indicação do deputado Manoel Mota (PMDB)

Daisaku Ikeda - indicação do deputa-



do Professor Sérgio Grando (PPS)
Jonas Edison da Silva - indicação do deputado Renato Hinnig (PMDB)
Hospital Bom Jesus - indicação do deputado Rogério Mendonça (PMDB)

PODER LEGISLATIVO CATARINENSE

Honraria prestada a profissionais e entidades que alcançam notoriedade em suas respectivas áreas de atuação.

ADJORI - Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - representante Miguel Ângelo Gobbi - indicação do deputado Marcos Vieira (PSDB)

Ivete Appel - indicação da deputada Ada De Luca (PMDB)

Ruy Hülse - indicação do deputado Altair Guidi (PPS)

Hospital Santa Isabel - indicação da deputada Ana Paula Lima (PT)

Valdir Dutra - indicação do deputado Cesar Souza Júnior (DEM)

Dinis Benedet Gaidzinski - indicação do deputado Clésio Salvaro (PSDB)

Norma H. Archer - indicação do deputado Dagomar Carneiro (PDT)

Leodoro Fernandes da Silva - indicação do deputado Darci de Matos (DEM)

Eduardo Silvério Nunes - indicação do deputado Genésio Goular (PMDB)

Augusto Dalçoquio Neto - indicação do deputado Jandir Bellini (PP)

Francisco Novelletto Netto - indicação do deputado Joares Ponticelli (PP)

Instituto Nutrir - representante Jairo Afonso Henkes - indicação do deputado José Natal Pereira (PSDB)

Cesino Bernardino - indicação do depu-



tado Kennedy Nunes (PP)
Avelino Bragagnolo - indicação do deputado Moacir Sopelsa (PMDB)
Rádio Coroado AM - indicação do deputado Onofre Agostini (DEM)
Victor Baptista Adami (in memoriam) - indicação do deputado Reno Caramori (PP)
Irmã Raquel Travessini - indicação do deputado Romildo Titon (PMDB)
Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) - indicação do deputado licenciado Ronaldo Benedet (PMDB)
Sociedade Literária São Bento - indicação do deputado Sílvio Dreveck (PP)

CRISPIM MIRA

O Parlamento instituiu esta medalha para homenagear profissionais que têm atuação destacada e combativa nas redes de televisão, rádios e jornais do estado.

Manoel Correa - indicação do deputado Elizeu Mattos (PMDB)

Luiz Carlos Prates dos Santos - indicação do deputado Jorginho Mello (PSDB)

Amilton Martins Lisboa - indicação do deputado Narcizo Parisotto (PTB)

Lício Silva - indicação do deputado Valmir Comin (PP)



MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO

Destina-se a homenagear e reconhecer as entidades e pessoas que prestam relevantes serviços sociais na área da educação infanto-juvenil. Comenda entregue a cada dois anos, sempre na data comemorativa do Estatuto da Criança e Adolescente.

Valmor Raimundo Machado - indicação da deputada Odete de Jesus (PRB)



COMISSÕES

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Cerca de 600 pessoas, entre produtores rurais, representantes de associações e vereadores da região, lotam auditório da Associação Comercial e Industrial de Lages

Serra contra restrição de áreas produtivas

Governo federal quer destinar áreas maiores de 50 hectares e acima de 850 metros de altitude para preservação ambiental

Denise Arruda Bortolon

Audiência pública realizada dia 5, em Lages, defendeu o futuro de 18 mil famílias que vivem da agricultura nos campos de altitude em Santa Catarina. Promovida pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), a reunião foi realizada a pedido do deputado Elizeu Mattos (PMDB) e da presidente da Associação dos Vereadores da Região Serrana (Amures), vereadora de Rio Rufino, Mariza Costa Walter.

O auditório da Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL) foi pequeno para os cerca de 600 produtores e representantes de associações da região serrana, que não concordam com as propostas

do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Executivo estadual de restringir o uso produtivo dos campos de altitude.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Conama têm a missão de estabelecer critérios de uso e conservação dessas áreas no Brasil. Entre os critérios, defendem que áreas maiores de 50 hectares e acima de 850 metros de altitude sejam reservadas para preservação ambiental, impedindo a ampliação de atividades produtivas.

Em contrapartida, o Estado propõe critérios para o uso e a conservação dos campos de altitude previstos na Lei 11.428/06, conhecida como Lei da Mata Atlântica, divididos em três extratos que poderão ser objeto de uso econômico.

O Estado pretende regulamentar que em campos entre 850 metros e 1,3 mil metros seja obedecida a legislação ambiental; os campos entre 1,3 mil e 1,6 mil metros serão utilizados somente para a pecuária extensiva, enquanto os campos com altitude superior a 1,6 mil metros serão destinados apenas para a conservação do meio ambiente.

Segundo o engenheiro agrônomo Ademar Simon, se mantida a proposta do Conama, 18 mil famílias terão suas atividades produtivas impactadas e mais de três mil trabalhadores rurais serão afetados. Aproximadamente 552 mil bovinos - com valor aproximado de R\$ 417 milhões - são criados hoje em locais que se tornarão áreas de preservação permanente.

Procurador sugere inventário das florestas

O procurador da República, Nazareno Wolf, defendeu a elaboração de um inventário sobre as florestas de Santa Catarina, principalmente da Mata Atlântica. "Santa Catarina é o estado mais atrasado da região Sul e a Assembléia Legislativa tem que cobrar a elaboração desse inventário. Com este estudo será definido o que pode ser feito. Na dúvida, não se corta nada. A lei não proíbe, desde que exista este inventário", esclareceu.

Destacando a ausência de um representante do Conama na audiência, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) lembrou que o processo de elaboração da proposta é obscuro e por isso precisa ser debatido.

"Empresas que iriam investir aqui estão declinando, então alguma coisa há. Estamos aqui para tomar uma decisão clara", enfatizou.

O secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, admitiu que o quadro é complicado. "A nossa proposta defende a preservação da situação consolidada. Não quer prejudicar nenhum setor produtivo existente", afirmou.

O deputado Moacir Sopelsa afirmou que defende o equilíbrio da produção respeitando o meio ambiente. "Assumo o compromisso de que, se o código ambiental não atender as demandas do nosso estado, votarei contra", observou.

Fatma defende benefícios da proposta do Estado

A Fundação do Meio Ambiente (Fatma), através do seu presidente, Carlos Leomar Kreuz, também é favorável à proposta do Executivo estadual. "Ela é inteligente em dois sentidos. Primeiro, quanto mais alto o terreno mais raras são as espécies que nascem lá. A outra questão é que ela é muito fácil de ser aplicada", ressaltou.

Kreuz explicou que a proposta do Ministério não fala em altitude e o que vai valer são as espécies de vegetação em cada campo. "Nossa proposta tem adversários ferrenhos e sua aprovação não vai ser fácil. Por isso temos que nos manter unidos."

Ulisses Arruda, consultor da

Klabin, defendeu a proposta do Estado, elaborada por diversos órgãos, entre eles a Epagri e a UFSC. "A proposta para Santa Catarina prevê a continuação de atividades já implantadas, mas que não pode-

ão ser ampliadas. Inclusive, a atividade mais tradicional da região, a pecuária extensiva. Para que ela seja aprovada, não devemos modificá-la, pois isso seria um sinal de enfraquecimento", aconselhou.



Deputados federais e estaduais participam da mesa de debates

Secretário teme falência regional

O secretário de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Humberto Brighenti, foi o primeiro a se posicionar contra as propostas do Ministério do Meio Ambiente e do Estado. "Se isso prevalecer estão decretando a falência da nossa região."

Segundo ele, aproximadamente 75% do território de São Joaquim já é área de preservação permanente. Os 25% restantes ficariam dentro dos 1,3 mil metros de altitude, impossibilitando o trabalho de 11 mil pessoas envolvidas com o cultivo

de frutas e inviabilizando os R\$ 850 milhões da iniciativa privada investidos nos campos do município.

Já o prefeito de Bom Jardim da Serra, Rivaldo Macari (PMDB), pediu a proteção do Ministério Público para que a proposta do Estado não avance. "O nosso direito à vida está sendo retirado. Quase a totalidade do nosso município tem altitude superior a 1,3 mil metros, possibilitando somente a produção agropecuária. Não permitam que nosso futuro seja destruído", disse.

Audiência debate violência policial

Comunidades carentes denunciam abusos civil e militar; comandos falam do trabalho correcional

Alberto Neves



Kinsak e Jean Nascimento, filhos de militar falecido, dizem que jovens da periferia são discriminados

Movimento Negro vê herança da escravidão

A coordenadora do Movimento Negro Unificado de Florianópolis, Maria de Lurdes Mina, lembra que as pessoas mais atingidas pela violência policial nas ruas e até mesmo dentro das casas são as mais pobres, da periferia, e a população negra. "Acredito que a origem disso tudo esteja na escravidão. É histórica, mas a sociedade racista, que traz a desigualdade, deve a essas pessoas uma reparação", analisou a coordenadora do Movimento Negro.

Do Movimento Hip-hop de

Santa Catarina Kinsak Nascimento e Jean Fábio Nascimento, filhos de um sargento da PM já falecido, dizem que principalmente os jovens da periferia são discriminados pela roupa e pela cor da pele. Jean conta que não era discriminado quando o pai era vivo e estava na ativa. Depois de sua morte, o tratamento mudou. "Temos que começar a ver o que está acontecendo", disse Jean. Para Kinsak, as declarações do capitão Hoffmann são "de leitura e não de prática". Ele fala que

conhece "o lado feio e truculento da polícia". Também afirma que é preciso verificar a ação da P2 - policiais que atuam à paisana -, "que está fazendo uma devassa nas comunidades".

O delegado-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, disse que já verificou que o problema não está no combate ao crime, mas na abordagem das pessoas. "Precisamos repensar o tipo de procedimento de abordagem no dia-a-dia, que muitas vezes é inconveniente e violenta."

As comunidades carentes e representantes da raça negra de Florianópolis estão preocupados com a atuação das polícias Civil e Militar em vários bairros da cidade. Elas reclamam de violência física e moral e desrespeito aos cidadãos por parte de alguns integrantes das duas corporações. O assunto foi objeto de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB). O encontro, que aconteceu no dia 7, no Auditório Antonieta de Barros, foi requerido pelo deputado Pedro Uczai (PT).

O petista abriu o debate fazendo o relato dos casos de violência policial denunciadas à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher. "Precisamos começar a admitir que existe o preconceito. Enquanto isso não acontecer, não haverá técnica policial que resolva, pois a violência contra os negros é cultural", observou o deputado Pedro Uczai.

A comunidade reclama do destino dado ao Boletim de Ocorrência (BO) registrado nas delegacias. "Quando se faz um BO para denunciar agressões de policiais os registros são engavetados e nunca vemos a solução", denunciam moradores. Os participantes afirmam que não são bem atendidos.

O capitão Marco Aurélio Hoffmann, representante do Comando

Geral da Polícia Militar, explicou que a instituição tem a missão constitucional de ser ostensiva e repressiva. "Mas todas as nossas ações são pautadas pelos princípios legais de preservar a integridade física e de respeitar a lei." Para ele, numa corporação onde trabalham 12 mil homens, como ocorre em Santa Catarina, com certeza alguns cometem excessos. "Mas quero informar que temos um trabalho correcional bem atuante e uma série de processos tramitando."

De acordo com o capitão, somente em 2007, a Corregedoria da Polícia Militar instaurou 677 inquéritos, abriu 882 sindicâncias, fez 1.280 processos disciplinares e excluiu 44 policiais da corporação. O trabalho correcional acontece periodicamente. Desde 1998, os cursos de ingresso na PM catarinense têm as disciplinas de Direitos Humanos e de Ética e Cidadania.

Para o militar, a proteção à vida é prioridade e os casos de violência gratuita e relacionados a racismo, devem ser denunciados. "Temos três caminhos para denunciar. São eles o site da Polícia Militar, www.pm.sc.gov.br, o telefone Disque Denúncia 0800 48 1717 e o atendimento individual na própria Corregedoria da PM. Neste ano foram recebidas 5.710 ligações no Disque Denúncia. Dessas, 53% foram sobre o tráfico de drogas e 3,2% para denúncias contra a ação da polícia.

Parlamento presta homenagem a atletas

Eduardo Guedes de Oliveira

A Assembléia Legislativa homenageou, dia 7, os atletas especiais catarinenses que participaram dos Jogos Mundiais de Verão - Special Olympics 2007. A competição foi disputada entre os dias 2 e 11 de outubro, em Xangai, na China. Os atletas integram a Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina.

A equipe de atletas, formada por nove competidores e dois técnicos, recebeu do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), uma placa que representa o orgulho do Estado ao ser representado por verdadeiros guerreiros. "Essa é apenas uma homenagem singela perto do esforço e exemplo de vida apresentado por eles à sociedade. Só temos a aprender diante da maneira com que eles encaram a

vida. Temos que colher o exemplo e valorizar ações como essas", definiu Garcia.

Para a presidente da Federação das APAEs, Rosane Vailatti, o evento, que contou com a participação de 67 atletas brasileiros, foi gratificante para todas as APAEs. "O deputado Julio Garcia, através do Parlamento catarinense, sempre buscou apoiar nossas iniciativas", comentou.

Flávia Alves Zanon da Silveira, técnica da equipe, se emocionou. "É recompensador trabalhar com atletas especiais. Com o espetáculo realizado na China, através da natação, atletismo, corrida, salto, entre outras modalidades, o grupo mostrou ter aproveitado ao máximo o treino oferecido aqui, assegurando, assim, uma competição bonita lá fora", recordou.



Formada por nove atletas e dois técnicos, equipe integra a Federação das APAEs de Santa Catarina

PLENÁRIO

Navegantes e Itajaí reivindicam passe livre no transporte de ferry boat

Na sessão ordinária dia 7, em tempo cedido pela presidência da Assembléia, o presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Navegantes (Autracon), Marcos Paulo da Silva, e o presidente do Instituto de Valorização à Vida, Tarcísio Weise, falaram sobre a reivindicação de passe livre no ferry-boat que liga Navegantes e Itajaí. A Autracon entregou ao Legislativo um abaixo-assinado com 2 mil assinaturas.

Primeiro a se manifestar, Weise disse que a população se sente insegura e insatisfeita com essa

forma de transporte. Segundo ele, a maior queixa é quanto ao alto custo mensal arcado por cada trabalhador.

Os dois representantes reclamaram da falta de um projeto que regule este transporte. Segundo dados pesquisados pela Autracon, a empresa de navegação responsável pela travessia arrecada em torno de R\$ 500 mil por mês.

Uma pesquisa feita pela associação em março deste ano, fora da temporada de verão, apontou que o movimento semanal na travessia é de mais de 29 mil pedestres, quase 26 mil ciclistas, 15.500

motos e mais de 8.300 carros.

Melhorias

O levantamento, informou Marcos Silva, foi realizado ao longo de uma semana com a participação de voluntários. Com essa arrecadação, a Autracon concluiu que é possível buscar melhorias para a travessia no ferry boat.

O abaixo-assinado foi recebido pela deputada Ana Paula Lima (PT), que presidia a sessão, e o deputado Jandir Bellini (PP), que anteriormente presidiu audiência pública sobre o tema em Itajaí.



Deputado Jandir Bellini e Ana Paula Lima recebem abaixo-assinado

Carlos Kilian

Deputados fazem balanço da viagem do governador ao exterior

Os deputados Darci de Matos (DEM) e Kennedy Nunes (PP) fizeram, na sessão do dia 7, um balanço da viagem da comitiva do governador Luiz Henrique da Silveira à Rússia, Japão e aos Estados Unidos. Eles estavam presentes na comitiva seguindo determinação do Regimento Interno da Casa, que prevê a presença de quatro deputado nas viagens. Além de Darci e Kennedy, estavam no grupo Antônio Aguiar (PMDB) e Jailson Lima (PT).

Ao longo de 13 dias, a comitiva teve encontros com empresários

de vários setores, líderes políticos e gestores públicos de Moscou (Rússia), Quioto e Tóquio (Japão), e Los Angeles e Miami (Estados Unidos). Em Moscou, o grupo se encontrou com empresários e manteve contatos com a direção do Conservatório Tchaikovsky, do Teatro Bolshoi, e deputados federais russos.

No Japão, houve uma reunião com o presidente do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) para tratar de financiamento de 400 milhões de dólares para saneamento no estado, além de

outras duas, nos ministérios da Agricultura e Negócios Estrangeiros.

Em Los Angeles, a comitiva foi ao evento State of States, onde manteve contatos com representantes do Instituto Milken, especializado na área de planejamento.

Em Miami, ocorreu um encontro com empresários e uma visita à Miami Free Zone para verificar a possibilidade de uma área de exposição para produtos de Santa Catarina e promoção do turismo do estado.

Frente Alimentar será lançada

A reunião preparatória para o lançamento da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada, dia 7, na Assembléia Legislativa. O objetivo dos deputados que participaram do encontro foi definir critérios que irão determinar os trabalhos e abordagens sobre os programas de segurança alimentar desenvolvidos pelo governo federal, bem como as políticas estaduais para a qualidade alimentar em Santa Catarina.

A Frente Parlamentar será lançada segunda-feira, às 15 horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. Entre os objetivos, está a promoção de ações para aprimorar a legislação estadual.

Criada subcomissão para visitar escolas no Sul

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), aprovou, dia 7, requerimento do deputado Joares Ponticelli (PP), para criação de uma subcomissão destinada a visitar seis escolas estaduais na região Sul catarinense.

A sub-comissão será integrada pelos deputados Genésio Goulart (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Silvío Dreveck (PP) e Ponticelli. Serão visitadas as escolas estaduais Noé Abatti, Nilo Pessoa, Santo Anjo da Guarda, Fábio Silva e Célia Cruz, em Tubarão, e Saul Ulyseu, em Laguna, todas em condições precárias, na avaliação de Ponticelli. Mota só votou pela aprovação após ter a

garantia de que as visitas ocorrerão em dezembro.

Aprovados

Foram ainda aprovados no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Desporto o Projeto de Lei (PL) nº 169/07, do deputado Clésio Salvaro (PSDB), que institui a música "L'America", como tema da colonização italiana em SC; o PL nº 251/07, do deputado José Natal Pereira (PSDB), que cria o Projeto Degrau para incentivar a produção artístico-cultural; o PL nº 245/07, do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), que cria o Dia Estadual do Atleta Profissional.

APROVADO

Rio do Sul é a Capital Catarinense do Jeans

Maior cidade e principal centro industrial, turístico e comercial do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul, com uma população de 55 mil habitantes, destaca-se no país e no exterior pelas confecções de jeans, responsável por 1.750 empregos diretos e 3,5 mil indiretos. O reaquecimento da economia do município devido à expansão do setor do

vestuário levou o deputado Jailson Lima (PT) a apresentar o Projeto de Lei nº 157/07, aprovado dia 7, que reconhece Rio do Sul como Capital Catarinense do Jeans.

O parlamentar informa, ainda, que o número de trabalhadores na categoria chega a 6 mil, todos com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinadas.

Rejeitados vetos a acidentes de trânsito

Dos cinco vetos governamentais votados na sessão do dia 7, dois foram rejeitados pelos parlamentares, beneficiando os projetos de lei nº 202/07 e nº 147/07. O primeiro, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), trata da inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas para fins de recebimento de indenização, paga pelo seguro obrigatório.

O outro, de iniciativa do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), obriga a fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias, com informações sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Agora,

os dois projetos seguem para promulgação pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Caso ele não o faça em até 48 horas, o presidente Julio Garcia (DEM) deverá promulgar as leis.

Foram mantidos os vetos totais a três projetos de lei: 102/07, do deputado Kennedy Nunes (PP), sobre fixação de cartazes nos veículos de transportes coletivos, nas rodoviárias, nos aeroportos e em outros recintos com nomes e fotos de crianças desaparecidas; 20/07, da deputada Ana Paula Lima (PT), incluindo o peixe na merenda das escolas públicas do Estado, e 330/07, da deputada Odete de Jesus (PRB), que altera a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

PLENÁRIO

Deputados se solidarizam com Antônio Aguiar e Clésio Salvaro

Parlamento registra pesar às mortes de Aguiar Filho e Olívia Salvaro

A semana foi de pesar no Parlamento. No dia 5, o filho único do deputado Antônio Aguiar (PMDB) morreu vítima de acidente na SC-413. No dia 8, o deputado Clésio Salvaro (PSDB) perdeu a mãe em consequência de complicações cirúrgicas.

No dia 7, os deputados se rezevaram na tribuna e em apartes prestando solidariedade ao deputado Antônio Aguiar (PMDB). Com apenas 20 anos, Antônio Mauro Rodrigues de Aguiar Filho sofreu acidente quando se dirigia à FURB, universidade onde cursava Medicina, em Blumenau.

O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, disse que o Parlamento estava chocado com a morte prematura do jovem. Mota, que esteve em Canoinhas junto com outros 15 deputados para o velório, lembrou que "o trânsito é uma guerra cega" e sugeriu que a Comissão de Transportes se empenhe para analisar e buscar soluções para evitar acidentes nas estradas catarinenses.

O deputado Elizeu Matos (PMDB), que também esteve em Canoinhas, disse que queria associar-se ao pronunciamento de Mota e levar o seu consolo ao amigo e colega. Kennedy Nunes, líder do PP, lembrou que teve a oportunidade de conviver com Aguiar em recente viagem feita à Rússia e pode constatar o amor e os cuidados que tinha para com o filho.

Onofre Agostini (DEM) manifestou sua solidariedade a Aguiar e à sua esposa, Malu. Nilson Gonçalves (PSDB) contou que a equipe de reportagem de seu programa de televisão foi a primeira a chegar ao local e gravar o acidente. Ele também dedicou seu apoio a Aguiar. O deputado Professor Sérgio Grando (PPS) afirmou que queria também expressar seus sentimentos, e de seu partido. Acrescentou que é preciso pensar com carinho numa legislação que de fato coíba abusos nas estradas.

Herneus de Nadal (PMDB)

também lamentou a perda brusca. A deputada Odete de Jesus, líder do PRB, fez questão de expressar seu pesar e afirmou que, como mãe, pode imaginar o que acontece quando a sucessão natural dos acontecimentos não obedece a lógica e os filhos se vão antes que os pais.

Condolências

A sessão ordinária do dia 8 foi cancelada em virtude da morte Olívia Ronchi Salvaro, mãe do deputado Clésio Salvaro (PSDB), primeiro vice-presidente da Casa. Olívia Ronchi Salvaro estava internada na UTI do Hospital São José, em Criciúma, onde se recuperava de uma cirurgia cardíaca.

Ela teve uma parada cardíaca e não resistiu, vindo a óbito às 4 horas da madrugada. A deputada Ana Paula Lima (PT) estava presidindo a sessão e, antes do cancelamento, ouviu as condolências de todos os deputados presentes.

Natal parabeniza estudantes

O deputado José Natal Pereira (PSDB) destacou, na sessão do dia 7, exemplos que são motivo de orgulho para o estado de Santa Catarina. O parlamentar comemorou o terceiro lugar conquistado por Marco Aurélio Tocha, de São José, no Campeonato Sul-Americano de Bicicross. Marco Aurélio foi o único catarinense presente na competição, que foi realizada no último final de semana na Colômbia.

Natal aproveitou a tribuna

também para parabenizar dois alunos de escolas da rede pública estadual de Santa Catarina, Roberta Maran Perines, 13 anos, e Ismailes Scottini dos Santos, 17 anos.

Os estudantes ficaram entre os primeiros colocados no Prêmio Escola. A disputa contou com a participação de estudantes de todo o país. "Pequenas conquistas que fazem a diferença", comemorou o deputado.



Natal: exemplos de orgulho

Gonçalves é contra TV Pública

A Medida Provisória n.º 398/07, que autoriza o governo federal a criar a TV Pública, foi questionada pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). Ele não acredita que esta seja uma medida necessária. A emissora, que inicialmente será chamada de TV Brasil, vai surgir a partir da união do patrimônio e das equipes da Radiobrás e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).

A Emissora Brasil de Comunicação (EBC-TV Brasil) também possuirá rádio e site. "Sou comunicador há mais de 30 anos



Gonçalves: mais certos

e sei que o governo federal já tem os mecanismos mais do que

necessários para apresentar suas posições." Gonçalves afirmou que é dos poucos tucanos que defendem o governo Lula, mas que é contra a criação da TV Pública. "Defendo Lula sempre que necessário. Acho que ele tem acertado mais do que errado. Mas, na minha opinião, essa TV vai se tornar um cabide de emprego", completou.

A medida diz que a EBC promoverá o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes e que sua produção privilegiará a educação, cultura, ciência e informação.

[GABINETES]

AMENIZAR PREJUÍZOS

Os agricultores que perderam suas lavouras em decorrência da forte chuva de granizo que atingiu 30 municípios no estado nas últimas semanas podem prorrogar os financiamentos agrícolas em até cinco anos. Os produtores que acessaram financiamento via Pronaf devem comunicar o Banco do Brasil para assegurar o recebimento do valor do seguro. As informações são do deputado Dirceu Dresch (PT), que esteve no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília, no dia 1º, discutindo medidas que amenizem as perdas dos produtores.

Segundo o deputado, o MDA orienta que os agricultores devem informar o Banco do Brasil sobre as perdas, comprovando-as por meio de laudo que pode ser elaborado por técnicos da Epagri. Todas estas questões estão definidas no Manual de Crédito Rural e o banco tem essas informações. O mesmo procedimento deve ser feito pelos agricultores que tiveram a lavoura financiada pelo Pronaf e que têm direito ao Seguro da Agricultura Familiar (Seaf). Nesse caso, se for comprovada perda total da produção, o governo garante o pagamento do valor financiado, mais um bônus que pode chegar a até R\$ 1,8 mil por agricultor familiar. O secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, informou a Dresch que há recursos para financiar novos plantios. (Edson Junckes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

INCLUSÃO DE DEFICIENTES

O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) apresentou nesta semana projeto de lei que trata da inclusão social de portadores de necessidades especiais nas instituições de ensino superior públicas e privadas do estado. A proposta visa a assegurar aos deficientes condições de acesso aos cursos, mediante a aprovação em exame vestibular. A proposição atenderia aos portadores de deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla que associa duas ou mais incapacidades. Na justificativa da matéria, o parlamentar recorre à Constituição Federal. "A Constituição dispõe sobre o direito à educação para todos sem discriminação de qualquer tipo, assegura a criação de programas de prevenção e atendimento especializado e ainda propõe a eliminação de obstáculos arquitetônicos. É o mínimo que devemos fazer por eles".

O artigo sexto do projeto pressupõe aos portadores de necessidades especiais a prorrogação no prazo de permanência nos cursos, desde que não ultrapasse a 50% do tempo estabelecido para a conclusão. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os portadores de necessidades especiais representam 10% da população brasileira. (Vandrei Bion, assessor do deputado Cesar Souza Júnior)

PROTESTOS CONTRA O GOVERNO

Durante a sessão da quarta-feira, dia 7, praças da Polícia Militar, acompanhados dos servidores da saúde, protestaram com cartazes pedindo o pagamento da Lei nº 254. O deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que há muito tempo fala da tribuna sobre o assunto, reforçou a manifestação. "Talvez o governador não tenha percebido os adesivos que fizemos. Talvez fosse muito pequeno, mas agora ele poderá ver os cartazes que estão aqui e também serão espalhados em todo o estado."

Na segunda-feira, dia 5, o deputado Soares conversou com o secretário de Estado de Articulação, Ivo Carminatti, que voltou a afirmar que o governo não tem dinheiro para negociar com os servidores. Segundo Soares, Carminatti acenou com uma possível negociação apenas para março do próximo ano, o que considera inaceitável. Com relação às mobilizações, Soares afirmou que se o governo não negociar ainda este ano, a Operação Veraneio pode ser prejudicada.

O presidente da Aprasc, sargento João Manoel da Costa, que esteve presente na sessão, foi enfático ao avisar que as mobilizações serão intensificadas. (Kelen Oliveira, assessora do deputado Sargento Soares)



**O BRASIL
EM DEBATE
NA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA**

Encontro com Fernanda: Fernanda Montenegro fala sobre a delicadeza nas relações humanas.

21 de novembro, às 19h, no auditório da Assembléia
Inscrições a partir de 14 de novembro somente pelo site alesc.sc.gov.br

VAGAS LIMITADAS

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis)
e pela Rádio ALESC Digital - www.alesc.sc.gov.br

Realização:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Apoio:



ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida